



Disparates em letras garrafais

ANÁLISE Da defesa do teto dos gastos aos aplausos à desindustrialização, o pensamento ortodoxo só dá vexame

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Em minhas peripatéticas incursões nos labirintos da mídia nativa, topei com instigantes manifestações da sabedoria econômica. Na segunda-feira 9, entreguei-me à leitura do artigo assinado por três expoentes da turma “Arrocha que Vai”, uma defesa empolgada da chamada PEC do Teto. Assinam o texto Marcos Lisboa, Marcos Mendes e Marcelo Gazzano.

Entre as descobertas dos insignes cientistas da sociedade, encontrei uma pérola digna de incrustar a coroa do pensamento econômico, outrora dominante, hoje contestado em seu próprio campo. Dizem os sabichões: “O Brasil cresce pouco há quatro décadas. Até a década de 1970, a expansão da economia decorria, em boa medida, do aumento acelerado da população em idade de trabalhar. Esse ciclo se encerrou”.

E prosseguem: “Nos últimos trimestres, a população econômica ativa teve um crescimento médio pouco abaixo de 1,5% ao ano, que já é uma taxa muito inferior aos 3% observado nos anos 2000, mas ainda deverá cair

significativamente mais nos próximos anos. Não podendo contar com a expansão dos trabalhadores em atividade, crescer passou a ser uma questão de aumentar a produtividade: expandir a capacidade de gerar renda a partir de mesma quantidade de trabalhadores, máquinas e insumos. No Brasil, no entanto, raramente o crescimento da produtividade ultrapassou 1,5% ao ano. China e Índia, por exemplo, têm se mantido na faixa de 5% a 7%. Para piorar, desde 2011, a nossa produtividade tem diminuído”.

Imagino que estejamos diante de uma versão reduzida daquela apresentada por Sir Arthur Lewis no clássico *Theory of Economic Growth*, de 1955. Com um grau mais avançado de complexidade, Lewis formulou um modelo de crescimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. Agraciado com o Prêmio Nobel em 1979, o economista estudou as possibilidades de industrialização dos países então periféricos, hoje emergentes. O crescimento econômico não era uma abstração calcada em duas ou três



variáveis, mas um processo que envolvia prioridades, planejamento e construção institucional.

Na defesa do Teto de Gastos, o presidente do Insper, Marcos Lisboa, soltou o verbo em um seminário realizado em seu arraial: não existem hoje no Brasil investimentos em obras “greenfield”



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 43

Delfim Netto.

Precisamos de investimentos
em infraestrutura



Extra! Extra!

(novos projetos), dada a insegurança que ainda existe no País diante de um setor público “incapaz de desenhar projetos”. “Sem aumentar a infraestrutura não haverá crescimento.” “Seria bom que os estúpidos conhecessem os fatos. De cada 100 obras paradas no Brasil, mais de 50% é por conta de projetos malfeitos.”

KEYSTONE PRESS
AGENCY/FOTORENA

Marcos Lisboa, Marcos Mendes e Marcelo Gazzano citam a China, mas defendem políticas totalmente diferentes para o Brasil

Na grei dos estúpidos poderia figurar o supracitado Sir Arthur Lewis. Discorrendo sobre o papel dos investimentos públicos em infraestrutura, Lewis ensinou: “Há necessidade de vastas despesas por agências públicas e empresas de utilidade pública em estradas, ferrovias, portos, energia elétrica e outros grandes projetos que estão muito além da capacidade do indivíduo ‘poupador’. Um pessimista certamente observará que, em muitos casos, essas vastas despesas não levaram a nada, porque foram mal desenhadas, mas daí concluir que o crescimento econômico é possível sem tais gastos é um *non sequitur* absurdo”.

No Brasil, os economistas *non sequitur* advogam a venda de estatais para elevar a eficiência da economia. Lamento informar que os celebrados efeitos das privatizações sobre a eficiência da economia não se concretizaram. Senão vejamos: **1.** A indexação das tarifas e preços das empresas privatizadas produziu um aumento expressivo dos custos dos insumos de uso generalizado. **2.** O investimento em infraestrutura passou a correr atrás da demanda, gerando pontos de estrangulamento na oferta de bens públicos e afetando negativamente a produtividade. **3.** Grandes empresas, como a recém-privatizada Embraer, “exportaram” os seus departamentos de P&D. **4.** Os escritórios de engenharia, como o reconhecido Figueiredo Ferraz, reduziram dramaticamente seus quadros. **5.** Para encerrar a sucessão de tragédias, os çábios da Lava Jato quebraram as grandes empreiteiras brasileiras.

Lisboa e companheiros citam elogiosamente o desempenho da China. A invocação do Império do Meio abre espaço para algumas considerações. Ao investigar as razões do desenvolvimento asiático, os autores mais inclinados à análise histórica e institucional concentraram

a atenção nas relações peculiares entre os Estados Nacionais, os sistemas empresariais e a “inserção internacional”. Procuraram chamar atenção para a especificidade da “organização capitalista” em que prevaleceram: **1.** Nexos “cooperativos” e de reciprocidade nas relações capital-trabalho. **2.** Negociações entre os grandes conglomerados e seus fornecedores. **3.** Íntima articulação entre os bancos e a grande empresa nacional. **4.** “Administração estratégica” do comércio exterior e do investimento estrangeiro.

Na visão dessa corrente teórica, tal arquitetura institucional não só assegurou excepcionais taxas de investimento e de acumulação de capital, como também ensejou programas de “graduação” tecnológica. Esse arranjo garantiu, assim, expressivos ganhos de produtividade e, consequentemente, consolidou a posição competitiva dos grandes grupos nacionais (sim, os “campeões”, senhoras e senhores) diante dos rivais e concorrentes no mercado internacional.

Com as reformas do fim dos anos 70 do século passado, a China irrompeu no cenário asiático com uma receita um tanto modificada. O novo protagonista apoiou-se na combinação entre uma novidade, ou seja, a atração de investimentos diretos estrangeiros e, uma tradição, isto é, a forte intervenção do Estado na finança e no comércio exterior, com o propósito de sustentar uma agressiva estratégia exportadora e de crescimento acelerado.

A ação estatal cuidou, ademais, dos investimentos em infraestrutura e utilizou as empresas públicas como plataformas destinadas a apoiar a constituição de grandes conglomerados industriais preparados para a batalha da concorrência global.

Não é difícil perceber que as estratégias chinesas de expansão acelerada, impulso exportador, rápida incorporação do progresso técnico e forte coordenação do Estado, foram inspiradas no



O presidente da Petrobras denuncia o “fetiche da industrialização” e apregoa a venda de petróleo cru

Luminares. Lisboa e Castelo Branco: o Brasil agradece tanta sapiência

sucesso anterior de seus vizinhos, sócios e competidores.

Os sistemas financeiros que ajudaram a erguer os países asiáticos eram relativamente “primitivos” e especializados no abastecimento de crédito subsidiado e barato às empresas e aos setores “escolhidos” como prioritários pelas políticas industriais. O circuito virtuoso ia do financiamento para o investimento, do investimento para a produtividade, da produtividade para as exportações, daí para os lucros e dos lucros para a liquidação da dívida.

Na terça-feira 10, o jornal *Valor Econômico* ofereceu a seus leitores a esfuizante sabedoria do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco. Mais uma pérola para ser incrustada na coroa da sabedoria econômica. “Infelizmente, o fetiche da industrialização tem prejudicado a realização do potencial de crescimento da exploração de recursos naturais.” “A Petrobras depois de descobrir o pré-sal saiu investindo em refinarias no Brasil, comprando refinarias nos Estados Unidos, no Japão, querendo investir em indústria de transformação, e o resultado disso todo mundo sabe.”

Todo mundo sabe, sim, que a Venezuela há décadas sofre da maldição dos recursos naturais, padece as dores da doença holandesa, como prefere meu amigo Luiz Carlos Bresser-Pereira. Nosso vizinho ficou pendurado nos ciclos de preços do petróleo, com baixa diversificação econômica e dependência absurda das importações de máquinas, equipamentos, bens de consumo duráveis e produtos agrícolas e de origem animal. A Venezuela importa ovo do Brasil, para felicidade de nossas galinhas. •

MAURO PIMENTEL/AFP